



179 - A UNIVERSIDADE NOS PROGRAMAS SOCIAIS E A GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AVALIAÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO - Bianca Monção Alves (ASSIS, UNESP, ASSIS), Bruna Tadeusa Genaro Martins de Oliveira (ASSIS, UNESP, ASSIS), Heloisa Maria Heradão Rogone (ASSIS, UNESP, ASSIS) - byancalves@hotmail.com

Introdução: A Universidade nos Programas Sociais do Município é um projeto de extensão proposto pelo Departamento de Psicologia Clínica da FCL, Unesp-Assis, cadastrado na PROEX, e se insere no Projeto ABC (Aprender, Brincar e Crescer) da Secretaria da Assistência Social do Município de Assis, oferecendo o saber psicológico a este programa de atenção integral a crianças e adolescentes. Diante da nossa vivência como estagiárias de psicologia, percebemos a relevância de uma análise de sua proposta e consonância com as diretrizes do ECA, e consideramos importante uma reflexão sobre a Política Pública que o fundamenta, pois a prática possibilitou-nos novos olhares sobre a maneira como se efetiva a garantia desses direitos. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a prática desenvolvida neste projeto, no âmbito da assistência social, a fim de verificar em quais domínios do ECA este fundamenta-se, identificar quais direitos são atendidos e fazer uma reflexão crítica da proposta da política pública que dá base às medidas da Secretaria de Assistência Social. **Métodos:** Este projeto de extensão envolveu a participação de 14 alunos, uma docente e uma psicóloga profissional da prefeitura, e foi realizado com 120 crianças, de 07 a 12 anos inscritas no Projeto ABC, e desenvolvido em grupos, na modalidade de oficinas terapêuticas coordenadas pelos alunos. Este estudo baseou-se na análise do trabalho de uma dupla desenvolvido no ano de 2008. Através de considerações sobre o ECA, aliado a pesquisas bibliográficas que possibilitaram uma reflexão crítica da proposta de Políticas Públicas, avaliamos e revisamos esta medida protetiva de direitos. **Resultados:** Por intermédio desse estudo verificou-se que as atividades diversas desenvolvidas no Projeto ABC - recreativas, esportivas e educativas -, fundamentam-se nas diretrizes do ECA e são utilizadas como instrumento de garantia dos direitos básicos que nele constam, em consonância com a Política Pública voltada a este segmento. Entendemos que as demandas destas crianças são muito maiores do que estudar e brincar, ficou visível, no contato semanal com estas, que os problemas familiares, as condições sociais, de alimentação e moradia interferem nas atuações dos seus cotidianos. É, portanto, fundamental que este projeto esteja integrado com outras medidas protetivas incluindo atendimento familiar. Por outro lado devemos constantemente refletir sobre o caráter de aparato ideológico presente neste instrumento, que pode se efetivar como de controle social e manutenção do status quo, perenizando a exclusão e a marginalização destas crianças em situação de risco psico-social.